



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 6, junho 2005. 36 p. Mensal. ISSN 1519-1680.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-1680

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 5,9 bilhões no mês de junho. O Tesouro Nacional e o Banco Central contribuíram para esse desempenho com superávit de R\$ 9,0 bilhões e R\$ 39,1 milhões, respectivamente, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 3,1 bilhões. No semestre, o superávit do Tesouro alcançou R\$ 55,7 bilhões (aproximadamente 5,98% do PIB), 19,3% superior aos R\$ 46,7 bilhões (5,62% do PIB) verificados nos seis meses até junho de 2004. As despesas do Tesouro Nacional cresceram 11,8% em termos nominais no primeiro semestre de 2005, comparadas com o mesmo período de 2004, mantendo-se praticamente estáveis como proporção do PIB (o IPCA cresceu 7,62% na média do período). O déficit da Previdência Social acumulado no ano alcançou 1,73% do PIB, refletindo incremento de 26,2% em relação ao mesmo período do ano passado, não obstante o aumento de 15,4% da arrecadação, ocorrido na esteira da criação de 1,455 milhão de empregos nos últimos 12 meses. Comparado com maio, o déficit previdenciário aumentou 34,3%, na sequência do aumento real de 8,23% do salário mínimo (considerando o IPCA entre maio de 2004 e abril de 2005).

O resultado primário do Governo Central no primeiro semestre de 2005 foi superavitário em aproximadamente 4,26% do PIB, contra 4,08% em igual período do ano passado.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	MAI	JUN	JAN-JUN	
	2005	2005	2004	2005
I. RECEITA TOTAL	36.974,3	40.400,4	201.426,0	235.179,6
I.1. Receitas do Tesouro	28.676,6	31.651,2	158.406,1	185.383,4
I.1.1 Receita Bruta	29.407,4	33.378,4	164.014,8	189.897,3
I.1.2. (-) Restituições	-730,8	-1.727,2	-5.608,8	-4.513,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.187,8	8.589,1	42.475,0	49.029,3
I.3. Receitas do Banco Central	109,9	160,1	544,9	766,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.996,6	6.648,0	32.876,4	41.506,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	28.977,6	33.752,4	168.549,6	193.672,8
IV. DESPESA TOTAL	25.848,9	27.861,8	134.662,5	154.008,9
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.430,8	7.220,3	39.936,0	41.947,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.530,9	11.735,9	55.220,9	65.118,6
IV.3. Custeio e Capital	8.706,7	8.734,3	38.587,4	45.871,6
IV.3.1. Despesa do FAT	862,2	860,6	3.935,9	4.368,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	412,1	555,2	1.731,8	3.377,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	712,2	819,6	3.472,7	4.247,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.720,3	6.498,9	29.447,1	33.877,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	53,7	50,3	279,6	320,8
IV.5. Despesas do Banco Central	126,7	121,0	638,6	750,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.128,7	5.890,7	33.887,2	39.663,9
V.1. Tesouro Nacional	5.488,7	8.998,4	46.726,7	55.736,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.343,1	-3.146,8	-12.745,9	-16.089,3
V.3. Banco Central (3)	-16,8	39,1	-93,7	16,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,08%	4,26%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de contribuições menos despesas com benefícios previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,8%
Tesouro	17,0%
Previdência	15,4%
Transferências	26,3%
Receita Líquida	14,9%
Despesas	14,4%
Benefícios	17,9%
Pessoal	5,0%
Custeio e Capital	18,9%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	24,23%	25,23%
Transferências	3,96%	4,45%
Receita Líquida	20,28%	20,78%
Despesa Total	16,20%	16,52%
Resultado Primário	4,08%	4,26%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)**

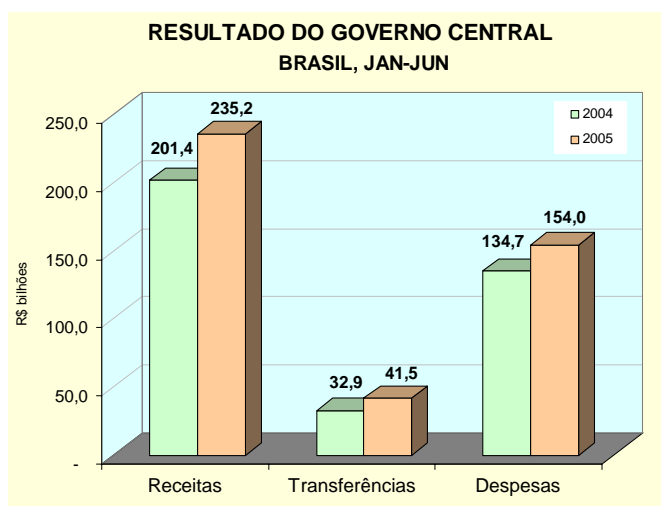
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Tesouro Nacional	5,62%	5,98%
Previdência Social	-1,53%	-1,73%
Banco Central	-0,01%	0,00%
Governo Central	4,08%	4,26%

No primeiro semestre de 2005, as transferências a estados e municípios atingiram 4,45% do PIB, contra 3,96% em igual período de 2004.

O aumento de receita do Governo Central permitiu que as transferências a estados e municípios aumentassem 0,5 ponto percentual em relação ao primeiro semestre de 2004.

As despesas com aquisição de terras para reforma agrária por meio da emissão de TDA passaram de R\$ 106,9 milhões, no primeiro semestre de 2004, para R\$ 504,7 milhões, este ano.

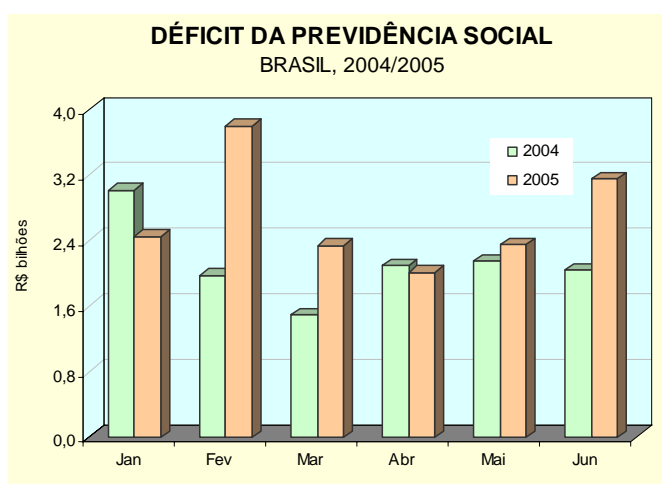
O resultado primário do Governo Central no primeiro semestre deste ano foi R\$ 5,8 bilhões (17,0%) superior ao obtido em igual período de 2004. O fato de o crescimento econômico deste ano vir sendo impulsionado pela indústria e pelo setor de serviços tem se traduzido no bom desempenho do IPI, IRPJ e da CSLL. Com efeito, em relação ao primeiro semestre do ano anterior, esses tributos cresceram perto de 30%, acima do crescimento nominal estimado de 12,1% para o PIB. Por outro lado, o partilhamento das receitas do imposto de renda e do IPI – que vem apresentando melhor desempenho em relação aos demais tributos, a transferência de uma parcela a mais de Cide neste ano, *vis-à-vis* o primeiro semestre de 2004, além do desempenho da receita com cota-parte de compensações financeiras e das transferências pela desoneração das exportações, contribuíram para o acréscimo de 26,3% nas transferências a estados e municípios.



Entre as despesas do Tesouro Nacional, o item “pessoal e encargos sociais” aumentou R\$ 2,0 bilhões (5,0%). Por sua vez, o item “custeio e capital” cresceu R\$ 7,3 bilhões (18,9%), com destaque para o reordenamento de passivos da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em fevereiro e março (R\$ 1,2 bilhão) deste ano, sem correspondência no ano anterior, além de outras despesas do Programa das Operações Oficiais de Crédito (AGF, sustentação de preços agrícolas e Proex) e do PESA, que apresentou, em junho, uma série de registros na Dívida Ativa da União de devedores do programa, com impacto de R\$ 278,9 milhões sobre o resultado primário do Tesouro Nacional (ajustando para esses fatores, o crescimento de custeio e capital é de 15,1%). Além disso, destaca-se o crescimento das despesas com aquisição de terras para fins de reforma agrária por meio da emissão de títulos do Tesouro, de R\$ 106,9 milhões, até junho de 2004, para R\$ 504,7 milhões, até junho deste ano (contribuição para o aumento

do item “custeio e capital” em de 1,3 ponto percentual). Por fim, as despesas do Tesouro com benefícios assistenciais (LOAS) continuam crescendo perto de 30% ao ano, ainda reflexo das modificações adotadas no estatuto do idoso, inclusive a redução da idade de benefício de 70 para 65 anos e dos critérios de renda média familiar requerida. Esse crescimento implicou dispêndios adicionais de R\$ 773,9 milhões (contribuição de 2,0 pontos percentuais para o aumento dos gastos).

As despesas com subsídios e subvenções econômicas ao setor agrícola cresceram 50,4% este ano, totalizando quase R\$ 1,0 bilhão até junho.



O déficit da Previdência Social acumulado no ano apresentou crescimento nominal de 26,2%. O aumento de arrecadação de 15,4% (R\$ 6,6 bilhões) viu-se confrontado com elevação das despesas com benefícios de 17,9% (R\$ 9,9 bilhões). O total dessas despesas alcançou R\$ 65,1 bilhões no primeiro semestre de 2005.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	42,5	49,0	15,4%
Benefícios	55,2	65,1	17,9%
Resultado Primário	-12,7	-16,1	26,2%

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 33,4 bilhões em junho de 2005, contra R\$ 29,4 bilhões no mês anterior. O aumento de R\$ 4,0 bilhões se deve, além do maior número de semanas (cinco no mês de junho contra quatro no mês de maio), à apuração do imposto relativo a aplicações financeiras em fundos de investimento que passou a ser semestral com recolhimento em junho e dezembro (Vide Box 1), afetando significativamente o IRRF-Rendimento Capital (aumento de R\$ 3,5 bilhões).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

As demais receitas do Tesouro, em junho, foram R\$ 593,7 milhões (18,8%) inferiores às registradas no mês anterior, tendo como principal fator a arrecadação de dividendos, que apresentou redução em R\$ 545,8 milhões. Os dividendos arrecadados pela União totalizaram R\$ 73,1 milhões, para os quais o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) contribuiu com R\$ 29,6 milhões (40,4%).

Em junho, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 33,4 bilhões, refletindo a mudança da apuração do imposto relativo a aplicações em fundos de investimentos

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,18%	8,64%
Imposto de Renda	6,10%	6,52%
IPI	1,27%	1,33%
Outros	0,82%	0,80%
Contribuições	9,29%	9,39%
Cofins	4,51%	4,49%
CPMF	1,52%	1,53%
CSLL	1,21%	1,39%
Cide - Combustíveis	0,47%	0,41%
Outras	1,59%	1,56%
Demais	2,25%	2,34%
Cota parte	0,64%	0,75%
Diretamente Arrecadada	0,63%	0,70%
Dividendos da União	0,35%	0,33%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,47%	0,39%
Total Bruto	19,73%	20,37%

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

No primeiro semestre de 2005, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 25,9 bilhões, quando comparada a igual período do ano anterior, passando de R\$ 164,0 bilhões para R\$ 189,9 bilhões. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores, que afetaram a arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal: i) arrecadações do IRPJ e CSLL, com incrementos nominais de 30,7% e 29,1%, decorrente dos pagamentos efetuados por empresas não financeiras com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento; ii) arrecadação atípica do IRPF de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 630,0 milhões em igual período de 2004), referentes aos itens ganhos de capital na alienação de bens e ganhos de capital em operações em bolsa.

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 21,8 bilhões, representando aumento de R\$ 3,0 bilhões em relação a igual período de 2004. Destacam-se: i) ao maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 1,6 bilhão), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo; ii) o acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,3 bilhão) concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel; e iii) e o incremento na arrecadação referente a dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária (R\$ 164,6 milhões).

Boxe 1 – Lei nº 10.892/04

A partir de 1º de janeiro de 2005, nas aplicações lastreadas em títulos, principalmente as conhecidas como de "renda fixa", o Imposto de Renda nas operações que permanecerem por 180 dias foram aumentados de 20% para 22,5%. Nos períodos acima de 360 dias e até 720 dias, o imposto diminui para 17,5%; e, para o dinheiro que permanecer acima de 720 dias investido, o IR será de 15%.

Em seu Art. 3º, a legislação prescreve que a partir de 1º de outubro de 2004, a incidência do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos a que se refere o art. 6º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, ocorrerá no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior.

Transferências a Estados e Municípios

Em junho, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,6 bilhões, contra R\$ 8,0 bilhões em maio, correspondendo a uma queda de 16,9%. O repasse referente à cota parte da participação de royalties pela produção de petróleo e gás que apresentou redução de R\$ 867,4 milhões, refletindo o fato de que a cota trimestral referente à participação especial ingressou ao final de abril, e a transferência, por força de lei, foi realizada no primeiro decêndio do mês subsequente- maio. As transferências relativas a fundos de participações (FPE e

FPM) apresentaram redução de R\$ 209,8 milhões no mês, em função da redução na base de cálculo das transferências constitucionais.

De janeiro a junho de 2005, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 41,5 bilhões, superior em R\$ 8,6 bilhões à registrada em igual período de 2004 (R\$ 32,9 bilhões). Esse crescimento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 6,1 bilhões nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), em razão da maior arrecadação de IR e de IPI, base para o cálculo dessas transferências; ii) elevação de R\$ 1,6 bilhão no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento do preço do petróleo; iii) incremento de R\$ 481,6 milhões nas transferências CIDE-Combustível, uma vez que no primeiro quadrimestre de 2004, em função da regulamentação pela Lei nº 10.866/2004, ocorreu transferência de uma parcela (em abril) frente a duas parcelas em 2005 (janeiro e abril); e iv) aumento de R\$ 449,2 milhões nas transferências referentes à “Lei Kandir”.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) R\$ milhões		
Decêndio	Mai	Jun
Terceiro Decêndio	7.915,4	5.383,5
Primeiro Decêndio	2.333,2	5.221,6
Segundo Decêndio	2.555,5	1.800,0
Total	12.804,1	12.405,1

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	25.946,8	32.092,8
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	414,0	895,6
Desoneração do ICMS	1.700,0	2.149,2
Demais	4.815,6	6.369,1
Total	32.876,4	41.506,8

As despesas do Tesouro totalizaram R\$ 16,0 bilhões em junho, contra R\$ 15,2 bilhões no mês anterior. O acréscimo de R\$ 813,6 milhões (5,4%) pode ser explicado, em grande parte (R\$ 789,5 milhões), pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do pagamento da décima-terceira parcela dos 28,86% devidos aos servidores do Poder Executivo, consoante estabelecido na Medida Provisória nº 2.169-43, de 24/08/2001. Houve também incremento nas rubricas “subsídios e subvenções econômicas” (R\$ 143,1 milhões) e “benefícios assistenciais” – LOAS e RMV – (R\$ 107,4 milhões), compensando a redução nas demais despesas de custeio e capital (R\$ 221,4 milhões).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 555,2 milhões, contra R\$ 412,1 milhões registrados em maio. Em particular, a baixa de ativos associada à inscrição de dívida ativa da União de débitos associados ao Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) implicou em despesas primárias de R\$ 278,9 milhões no mês.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI	JUN
Pessoal e Encargos	6.430,8	7.220,3
Custeio e Capital	8.706,7	8.734,3
Despesas do FAT	862,2	860,6
Subsídios e Subvenções	412,1	555,2
LOAS/RMV (1)	712,2	819,6
Outras	6.720,3	6.498,9
Transferência ao Bacen	53,7	50,3

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No período acumulado de janeiro a junho de 2005, as despesas do Tesouro Nacional foram equivalentes a 9,46% do PIB, contra 9,48% em 2004. Os dispêndios com custeio e capital cresceram R\$ 7,3 bilhões (18,9%), equivalente a 0,28 ponto percentual do PIB, em boa medida como decorrência das despesas de capitalização da Emgea, que alcançou R\$ 1,2 bilhão (0,13 ponto percentual do PIB), sem correspondência em 2004.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,80%	4,50%
Custeio e Capital	4,64%	4,92%
Despesas do FAT	0,47%	0,47%
Subsídios e Subvenções /1	0,21%	0,36%
LOAS/RMV	0,42%	0,46%
Outras	3,54%	3,63%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Boxe 2 – Empréstimos Líquidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento

Com o objetivo de reduzir a discrepância estatística entre o resultado primário apurado sob os conceitos “acima-da-linha”, apurado pelo Tesouro Nacional, e “abaixo-da-linha”, pelo Banco Central, foram incorporados no âmbito das operações oficiais de crédito a diferença entre concessão menos retorno dos empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

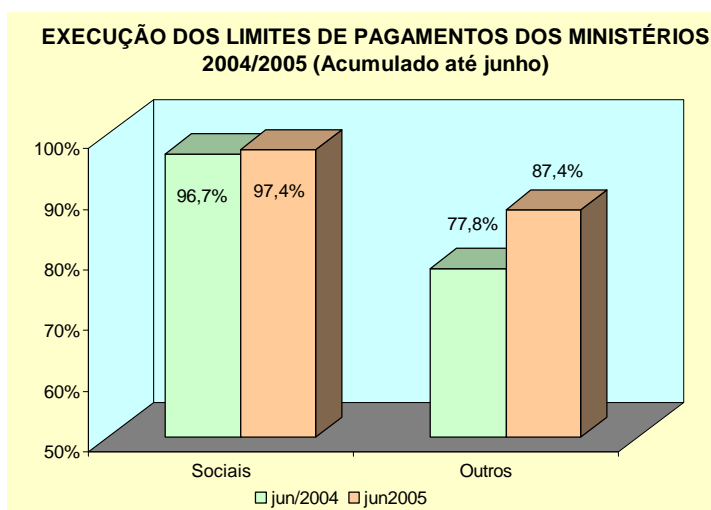
O FND tem por finalidade prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. O fundo concede empréstimos para aplicação em empresas do setor de ciência e tecnologia (via Finep), setor de insumos básicos e bens de consumo (via BNDES) e para pequenas e médias empresas (via BNDES e Banco do Brasil).

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas cresceram R\$ 1,6 bilhão, ou 0,15 ponto percentual do PIB. Excluindo o reordenamento de passivos e as subvenções aos fundos regionais, as demais despesas apresentaram incremento, da ordem de R\$ 424,7 milhões. Em termos desagregados, a principal variação no acumulado no primeiro semestre foi no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal, cuja despesa em 2005 superou a do ano passado em R\$ 365,2 milhões. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelos gastos com aquisições de trigo, em função do exercício de opção de venda por parte dos agricultores. Vale destacar que, a partir deste mês, foram incorporados no âmbito das operações oficiais de crédito os empréstimos líquidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, que totalizaram R\$ 115,3 milhões até junho deste ano, contra R\$ 178,3 milhões no mesmo período do ano anterior (Vide Box 2).

Os gastos da LOAS alcançaram R\$ 3,4 bilhões, superando em R\$ 773,9 milhões (29,68%) os dispêndios de 2004, explicado pelo reajuste do salário mínimo em 2005 e pela elevação do número médio de beneficiários. As despesas do FAT atingiram R\$ 4,4 bilhões nos primeiros meses de 2005, contra R\$ 3,9 bilhões em igual período do ano anterior (estável em ponto percentual do PIB).

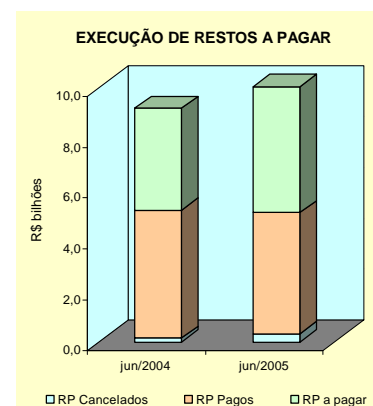
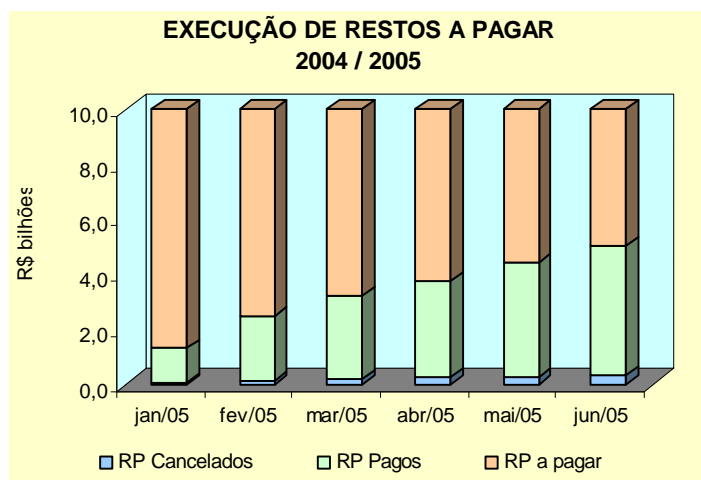
No que se refere às despesas discricionárias, houve crescimento de R\$ 4,4 bilhões em relação ao acumulado no primeiro semestre de 2004, correspondente a 0,09 ponto percentual do PIB. Aproximadamente 10% desse crescimento pode ser atribuído às emissões de TDA para fins de aquisições de terra para reforma agrária, que atingiram R\$ 504,7 milhões até junho deste ano, contra R\$ 106,9 milhões no mesmo período do ano anterior. As despesas (efeito caixa) relativas ao Projeto Piloto de Investimento totalizaram R\$ 60,0 milhões, de um total de R\$ 968,6 milhões empenhados.

No acumulado de 2005, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Assistência e Promoção Social) aumentou para 97,4% frente aos 96,7% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 87,4% ante 77,8%, verificado no ano anterior.



Até junho, foram pagos R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar (RP). O valor pago corresponde a 44,9% do total de RP inscritos em 2005 (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2005, R\$ 1,9 bilhão (38,1% do total) corresponderam a gastos com investimentos, principalmente ligados aos Ministérios dos Transportes, da Saúde e da Defesa (frente a um total de R\$ 154,0 bilhões de despesas primárias no semestre).

Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2005, R\$ 1,9 bilhão (38,1% do total) corresponderam a gastos com investimentos.



Em junho, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,1 bilhões, R\$ 803,7 milhões acima do verificado no mês anterior, tendo para isso contribuído o aumento concedido de 15,38% ao salário mínimo e de 6,36% aos demais benefícios, com impacto no caixa a partir do mês de junho. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 16,1 bilhões, contra R\$ 12,7 bilhões observados em 2004.

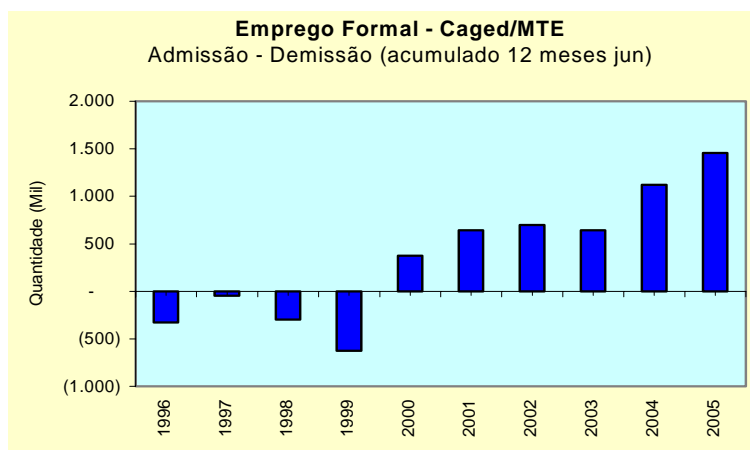
Previdência Social

Em junho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI 2005	JUN 2005	JAN-JUN 2004 2005	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	8.187,8	8.589,1	42.475,0	49.029,3
Arrecadação Bruta	8.909,6	9.167,2	46.246,1	52.829,3
- Contribuição Previdenciária	8.376,5	8.621,7	42.725,5	49.237,0
- Simples	370,7	392,9	1.930,4	2.281,7
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,0
- CFT	62,6	54,2	435,0	333,1
- Depósitos Judiciais	60,7	57,3	900,8	705,9
- Refis	22,8	24,5	171,0	185,3
- Outras Receitas	16,4	16,6	83,0	86,2
(-) Restituição/Devolução	-139,3	-47,2	-138,7	-262,5
(-) Transferências a Terceiros	-582,5	-531,0	-3.632,4	-3.537,4
II. BENEFÍCIOS	10.530,9	11.735,9	55.220,9	65.118,6
Benefícios Previdenciários	10.529,9	11.734,9	55.220,9	65.116,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.343,1	-3.146,8	-12.745,9	-16.089,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,53%	-1,73%

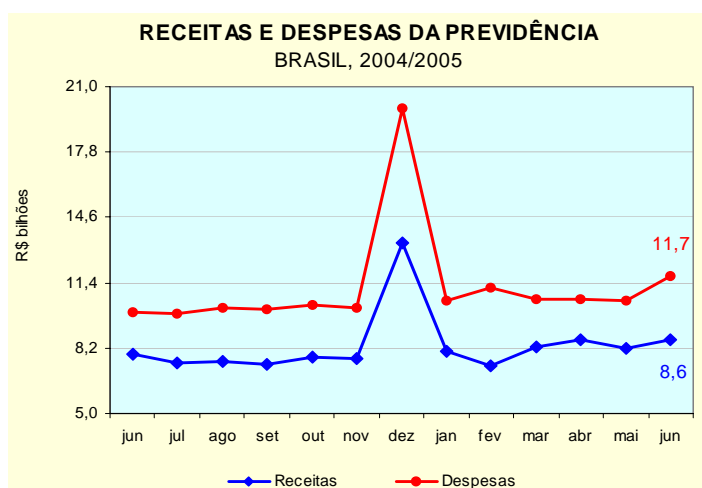
No primeiro semestre do ano, a arrecadação líquida cresceu 15,4% (R\$ 6,6 bilhões), refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 1.455 mil novos empregos nos 12 meses até junho de 2005, frente a 1.119 mil novos postos observados em igual período do ano anterior, ilustrado no gráfico a seguir.



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,1	23,3	5,2%
Valor médio**	426,1	456,6	7,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 65,1 bilhões no primeiro semestre de 2005, representando incremento de 17,9% (R\$ 9,9 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse percentual se situa acima do crescimento de 7,2% no valor médio dos benefícios pagos. Houve também aumento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 5,2% no total de benefícios.



Na comparação da média de janeiro a junho de 2005 em relação à média do mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 464,3 mil aposentadorias (3,8%), 254,5 mil benefícios de auxílio-doença (22,1%) e 316,6 mil nos benefícios de Loas (17,5%). A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios			
	MAI	JUN	MÉDIA JAN-JUN	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.431	23.501	22.144	23.303
PREVIDENCIÁRIOS	19.969	20.023	18.988	19.864
Aposentadorias	12.773	12.822	12.254	12.718
Idade	6.538	6.566	6.237	6.510
Invalidez	2.571	2.586	2.432	2.556
Tempo de contribuição	3.664	3.669	3.584	3.653
Pensão por morte	5.684	5.700	5.518	5.667
Auxílio - doença	1.440	1.431	1.151	1.406
Salário - maternidade	45	43	41	45
Outros	27	28	23	27
ACIDENTÁRIOS	758	757	740	756
Aposentadorias	139	140	131	138
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	131	130	120	130
Auxílio - acidente	267	267	265	266
Auxílio - suplementar	91	90	93	91
ASSISTENCIAIS	2.695	2.711	2.416	2.674
Amparos Assistenciais - LOAS	2.149	2.170	1.805	2.121
Idoso	989	1.003	752	971
Portador de deficiência	1.160	1.167	1.053	1.150
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	529	525	594	536

O déficit do RGPS apresentou incremento de 26,2% (R\$ 3,3 bilhões), em decorrência do crescimento de 0,34 ponto percentual do PIB das despesas, não acompanhadas pelo incremento das receitas, que ficou em apenas 0,15 ponto percentual do PIB. Como resultado, o déficit primário aumentou para 1,73% do PIB.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,11%	5,26%
Benefícios	6,64%	6,99%
Resultado Primário	-1,53%	-1,73%

No mês de junho, o déficit do RGPS está R\$ 665,6 milhões acima das projeções apresentadas pela Previdência Social quando do anúncio do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. No acumulado do ano, a diferença atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhão.

METAS DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2005								
R\$ Milhões								
Metas	Jan	fev	mar	abr	maio	junho	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	2.450,6	2.260,4	1.841,1	2.221,6	2.201,8	3.022,8	11.217,8	17.813,5
Programa de Modernização	-	-	2.209,2	2.110,5	1.871,5	2.481,2	8.934,9	12.468,7
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	2.076,5	3.045,3	11.152,3	17.168,0
Realizado	2.450,6	3.798,3	2.337,1	2.013,3	2.343,1	3.146,8		

METAS DE RECEITA LÍQUIDA INSS - 2005							
R\$ Milhões							
Metas	Jan	fev	mar	abr	maio	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	8.047,0	8.051,5	8.503,2	8.155,3	8.207,8	8.340,1	33.388,1
Programa de Modernização	-	-	8.588,0	8.318,0	8.454,0	8.590,0	34.558,0
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	8.364,1	8.420,1	33.794,4
Realizado	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	

Em junho, houve novo aumento da participação de títulos prefixados na Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), com emissão líquida de R\$ 8,5 bilhões de LTN e resgates líquidos de LFT no montante de R\$ 4,0 bilhões. A relação Dívida Líquida do Tesouro Nacional/PIB aumentou 1,3 ponto percentual em relação a junho de 2004. O custo médio de carregamento desta dívida, considerando o efeito do câmbio, aumentou ligeiramente, passando de 15,04%, no mês de maio, para 15,81%, no mês de junho. A participação dos bônus de captação na Dívida Pública Federal externa (DPFe), por seu lado, aumentou, em virtude da emissão do bônus Global 2015. O número de participantes no programa Tesouro Direto ultrapassou 40.000, demonstrando o interesse, por parte das pessoas físicas, por esta alternativa de investimento, que vem se dando sem maior publicidade institucional.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 469,9 bilhões, equivalentes a 25,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação a maio, verificou-se aumento de R\$ 19,5 bilhões, explicado, principalmente, pela emissão líquida de títulos nos mercados interno e externo, pela apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna e pela redução de haveres contratuais de fundos, autarquias e fundações.

TABELA 4			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2004/2005			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	165.570	268.663	291.942
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	736.415	878.750	896.348
Dívida Contratual da STN	-428.488	-450.424	-450.406
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-142.357	-159.663	-154.000
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	227.088	181.743	177.966
Dívida Mobiliária em Poder do Público	178.383	148.545	147.373
Títulos Depositados em Garantia	-3.935	-3.690	-3.691
Dívida Contratual	53.031	37.208	34.614
Disponibilidades	-390	-319	-330
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	392.658	450.407	469.908
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,9%	24,4%	25,2%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 469,9 bilhões em junho, equivalente a 25,2% do PIB.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de junho com saldo de R\$ 291,9 bilhões, superior ao registrado no mês anterior em R\$ 23,3 bilhões. Contribuíram para esse resultado a apropriação dos juros nominais e a emissão líquida de títulos da dívida mobiliária interna, bem como a redução dos haveres contratuais.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 JUN	2005 MAI	2005 JUN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	165.570	268.663	291.942
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	736.415	878.750	896.348
LFT	420.989	499.448	503.368
LTN	126.436	190.553	201.759
NTN-C	72.470	81.536	80.610
NTN-D	23.603	5.672	5.607
Demais	71.401	73.634	77.091
Dívida Securitizada	19.389	25.026	24.871
TDA	2.126	2.881	3.043
DÍVIDA CONTRATUAL	-570.845	-610.087	-604.406
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-428.488</i>	<i>-450.424</i>	<i>-450.406</i>
Dívida Bancária	25.471	24.961	24.925
Lei nº 7.976/89	-9.340	-6.896	-6.382
Lei nº 8.727/93	-47.823	-48.086	-48.039
Lei nº 9.496/97	-227.213	-249.797	-249.686
Renegociação Dívida Municipais	-33.249	-37.529	-37.556
Demais Haveres da STN	-136.334	-133.078	-133.668
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-142.357</i>	<i>-159.663</i>	<i>-154.000</i>
FAT	-98.803	-109.979	-110.183
Demais Entidades	-43.554	-49.684	-43.816
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,8%	47,5%	48,0%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,7%	-33,0%	-32,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,1%	-24,4%	-24,1%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,1%	14,5%	15,6%

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho superior em R\$ 23,3 bilhões ao saldo do mês anterior.

Emissões e Resgates

As emissões de títulos da DPMFi, em junho, totalizaram R\$ 31,5 bilhões, sendo compostas por ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. O montante resgatado foi de R\$ 25,5 bilhões, levando a uma emissão líquida de títulos públicos de R\$ 6,0 bilhões.

O Tesouro Nacional realizou, em junho, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 6,0 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 29,7 bilhões, sendo: i) R\$ 13,4 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro e outubro de 2006 e julho de 2007; ii) R\$ 13,2 bilhões em LFT, com vencimentos em março, junho e dezembro de 2008 e março e junho de 2009; iii) R\$ 1,7 bilhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024, maio de 2007, 2009 e 2045; iv) R\$ 889,5 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2008 e 2021, março de 2011, julho de 2017 e janeiro de 2031; e v) R\$ 524,0 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1,7 bilhão, sendo as principais: i) R\$ 1,4 bilhão em NTN-B para renegociação de dívidas provenientes de prestação de serviços de arrecadação e pagamento de benefícios do INSS; ii) R\$ 51,8 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 26,9 milhões em NTN-I para o Proex.

redução de 0,09 ponto percentual dos títulos indexados ao câmbio, decorrente do efeito da apreciação do real frente ao dólar.

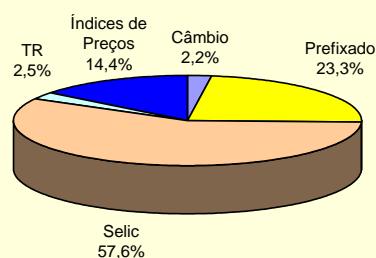
Os títulos prefixados tiveram sua participação aumentada em 0,88 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic reduziram-se em 0,73 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005

INDEXADOR	2005 (%)		
	2004		2005
	JUN	MAI	JUN
Selic	59,06	58,29	57,56
Câmbio	5,84	2,34	2,25
Prefixados	17,47	22,44	23,32
Índices de Preços	15,83	14,44	14,40
TR	1,80	2,49	2,47

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JUN/2005



Boxe 4 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Visando a fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de junho, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e de NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

Em junho, o montante de NTN-B vendido foi de R\$ 1,7 bilhão, sendo que R\$ 299,0 milhões corresponderam ao leilão de compra e venda simultânea, realizado nos dias 06, 20 e 28 de junho. As vendas totalizaram R\$ 299,0 milhões e as compras, R\$ 162,2 milhões.

O leilão de venda de NTN-B ocorreu nos dias 13 e 14 de junho, com liquidação financeira em 15 de junho. O montante vendido foi de R\$ 1,4 bilhão, tendo sido recebidos R\$ 967,8 milhões em troca por outros títulos (69,6%) e R\$ 421,9 milhões em dinheiro (30,4%). Os títulos mais demandados foram aqueles com vencimento em 2007, representando 52,5% do total vendido e saindo à taxa de 12,10% a.a.. Os títulos com vencimento em 2006, 2009, 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 12,60% a.a., 9,99% a.a., 8,95% a. a. e 9,10% a.a., respectivamente.

No que tange às NTN-C, o montante negociado foi de R\$ 889,5 milhões. Nos leilões realizados nos dias 30 e 31 de maio, com liquidação financeira no dia 1º de junho de 2005, foram emitidos R\$ 107,4 milhões. Desse montante, R\$ 84,9 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (79,1%) e R\$ 22,5 milhões, à parcela recebida em títulos (20,9%). Os títulos com vencimento em 2017 representaram 78,8% do total vendido, saindo à taxa de 8,34% a.a.. A taxa de venda observada para as NTN-C com vencimento em 2021 e 2031 foi de 8,35% a.a.

No dia 31 de maio e 23 de junho também foram realizados leilões de troca de NTN-C que totalizaram R\$ 782,1 milhões, sendo os títulos emitidos com vencimentos em abril de 2008 (92,8%) e março de 2011 (7,2%).

Nos dias 29 e 30 de junho foi realizado leilão de NTN-C, com vencimentos em 2017, 2021 e 2031. O montante total negociado foi de R\$ 164,0 milhões, com liquidação financeira em 1º de julho de 2005.

Custo Médio

Entre maio e junho de 2005, o custo médio da DPMFi em poder do público teve aumento de 15,04% a.a. para 15,81% a.a. Este acréscimo deveu-se, principalmente, à menor taxa de apreciação do real (2,22% em junho, contra 5,04% em maio) e à maior variação da taxa Selic (1,59% a.m. em junho, contra 1,50% a.m. em maio). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JUN/2005

FATOS	R\$ milhões			
	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	29.747,1	1.661,9	50,0	31.459,0
LFT	13.212,0	0,0	13,6	13.225,7
LTN	13.432,8	0,0	30,7	13.463,4
NTN-B	1.688,8	1.415,5	2,5	3.106,8
NTN-C	889,5	0,0	2,2	891,7
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	524,0	0,0	1,0	525,0
TDA	0,0	167,7	0,0	167,7
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	78,7	0,0	78,7
II. RESGATES**	24.615,2	848,1	17,7	25.481,1
LFT	17.286,0	0,0	2,4	17.288,4
LTN	4.930,0	0,0	4,1	4.934,1
NTN-B	292,8	0,0	0,8	293,7
NTN-C	2.106,4	0,0	10,2	2.116,6
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	0,2	0,2
TDA	0,0	10,0	0,0	10,0
Securitizada*	0,0	369,0	0,0	369,0
Demais	0,0	469,1	0,0	469,1
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	5.131,8	813,8	32,3	5.977,9

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões líquidas de títulos prefixados, LTN, totalizaram R\$ 8,5 bilhões.

Boxe 3 – Tesouro Direto

Em junho de 2005, a venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto totalizou R\$ 50,0 milhões. Em relação a junho de 2004, verificou-se aumento de 88,8% nas vendas.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 61,4% do montante vendido, seguidas pelas LFT (27,2%).

O volume de vendas no primeiro semestre de 2005 atingiu a cifra de R\$ 300,6 milhões, representando aumento de 79,8% em relação ao mesmo período de 2004. Desde o início do programa, em janeiro de 2002, o montante vendido já ultrapassou a marca de R\$ 1,0 bilhão em títulos vendidos, além de superar a casa de 40.000 investidores cadastrados e 64 agentes de custódia habilitados.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 50,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 30,7 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2006 e julho de 2007; ii) R\$ 13,6 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 2,5 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 2,2 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 1,0 milhão em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

O volume total de títulos públicos resgatados, em junho, atingiu R\$ 25,5 bilhões, sendo R\$ 20,4 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 5,1 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,2 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; ii) R\$ 780,0 milhões em NTN-C, R\$ 163,7 milhões em LFT e R\$ 39,0 milhões em NTN-B, todas aceitas no leilão de NTN-B; e iii) R\$ 170,9 milhões em NTN-C, aceitas no leilão de NTN-C.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento na participação dos títulos prefixados em 0,88 ponto percentual, devido à emissão líquida de LTN no valor de R\$ 8,5 bilhões. Em contrapartida, destaca-se a redução na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 0,73 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 4,0 bilhões, e

Composição

DPMFi apresentou decréscimo ao passar de 17,03% a.a., em maio, para 16,74% a.a., em junho devido à menor variação do IGP-M (-0,44%, em junho, contra -0,22%, em maio) e do IPCA (-0,02%, em junho, contra 0,49%, em maio), fatores de remuneração das NTN-C e NTN-B, respectivamente.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005

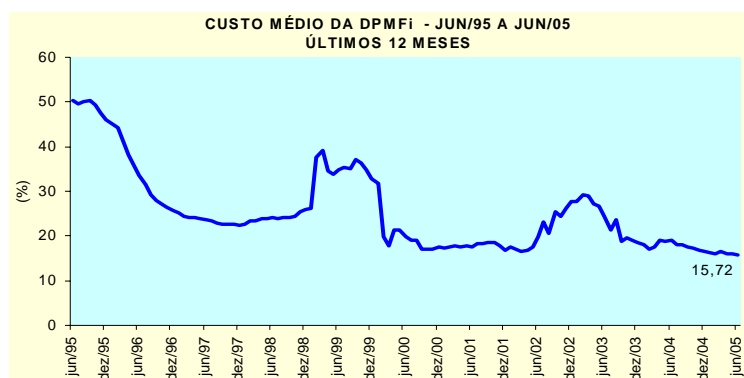
(% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004		
Jun	17,43	16,60
Jul	17,57	15,04
Ago	17,24	14,55
Set	16,22	13,96
Out	15,29	14,90
Nov	17,49	14,16
Dez	17,37	15,54
2004	17,17	16,39
2005		
Jan	16,93	16,05
Fev	17,34	16,51
Mar	18,71	19,37
Abr	18,20	16,71
Mai	17,03	15,04
Jun	16,74	15,81

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público passou de 15,81%, em junho.

O custo médio da DPMFi, acumulado nos últimos 12 meses, registrou decréscimo, passando de 16,08% a.a., em maio, para 15,72% a.a., em junho, em função dos seguintes fatores: i) menor variação do IGP-M (-0,44%, em junho de 2005, contra 1,38%, em junho de 2004); ii) menor variação do IPCA (-0,02%, em junho de 2005, contra 0,71% no mesmo período do ano anterior); e iii) apreciação do câmbio neste período (2,22%, em junho de 2005, contra 0,69%, em junho de 2004).



O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses atingiu 15,72 % em junho.

Prazo Médio

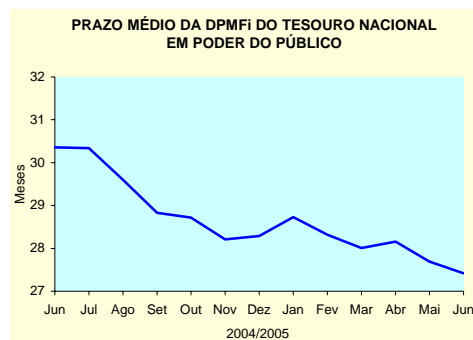
Em junho, o prazo médio das LFT registrou aumento de 0,09 mês devido à emissão deste título com prazo de 31,80 meses, superior ao prazo médio de estoque desses títulos em maio (18,24 meses). Apesar de o prazo médio das LTN ter apresentado diminuição de 0,23 mês, destaca-se a manutenção de seu prazo médio de emissão em torno de 14,27 meses, superior ao prazo médio de estoque desses títulos em maio (6,97 meses). O prazo médio da DPMFi em poder do público teve redução de 0,27 mês (27,42 meses, em junho, contra 27,69 meses, em maio) devido ao fato da aproximação das datas de vencimento dos títulos em circulação ter impacto superior ao do maior prazo dos novos títulos emitidos no mês.

TÍTULOS	2004		2005	
	Meses		Meses	
	JUN	MAI	JUN	JUN
LTN	6,09	6,97	6,73	
LFT	20,10	18,24	18,34	
NTN-B	106,64	105,81	94,10	
NTN-C	69,93	66,51	66,80	
NTN-D	11,42	17,24	16,24	
TDA	60,14	63,07	64,02	
Dívida Securitizada*	59,69	75,43	75,48	
Demais	103,05	89,77	88,44	
TOTAL	30,36	27,69	27,42	

(*) Inclui dívida agrícola.

PERÍODO	Meses	
	TOTAL	OF. PUB. (1)
Jun	30,36	23,24
Jul	30,34	23,23
Ago	29,60	22,42
Set	28,83	21,60
Out	28,72	21,65
Nov	28,21	21,18
Dez	28,29	20,69
2005		
Jan	28,73	21,41
Fev	28,32	21,26
Mar	28,01	21,10
Abr	28,16	21,50
Mai	27,69	21,16
Jun	27,42	21,01

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

No mês de junho de 2005, o estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 2,07%, provocado principalmente pela apreciação do real frente ao dólar (2,22%) e pela amortização de parte da dívida junto ao Clube de Paris. O saldo devedor da dívida externa na moeda norte-americana sofreu pequeno acréscimo de 0,15% devido às captações realizadas (reabertura do Global 2034 e do Global 2015).

A dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 3,8 bilhões.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004		2005
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	178.383	148.545	147.373
Bônus de Renegociação	47.957	32.464	31.743
Bônus de Captação	130.426	116.080	115.630
II. DÍVIDA CONTRATUAL	53.031	37.208	34.614
Organismos Multilaterais	30.272	21.431	21.127
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.916	7.559	7.380
Clube de Paris	12.842	8.217	6.106
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	231.413	185.752	181.987
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.935	-3.690	-3.691
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-390	-319	-330
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	227.088	181.743	177.966
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	13,8%	9,8%	9,5%

O serviço da DPFe, em junho, totalizou R\$ 2,7 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 654,0 milhões ao pagamento de juros e encargos. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,8 bilhão) referiu-se ao pagamento de principal junto ao Clube de Paris.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JUN/2005

R\$ milhões

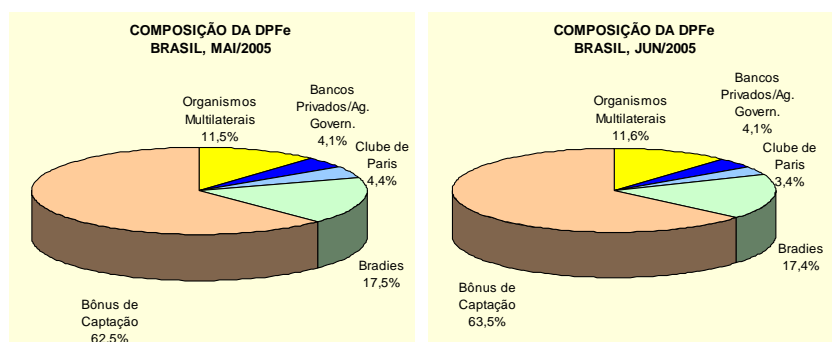
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	2.006,2	654,0	2.660,2
I.1. Organismos Multilaterais	43,0	55,8	98,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	124,8	15,8	140,5
I.3. Clube de Paris	1.838,5	184,2	2.022,6
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	398,2	398,2
GLOBAL 2013	0,0	156,2	156,2
GLOBAL 2009A	0,0	40,5	40,5
EUROLIRA 2017	0,0	123,0	123,0
GLOBAL 2034 (Reabertura)	0,0	74,1	74,1
GLOBAL 2015 (Reabertura)	0,0	4,3	4,3

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,7 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, destaca-se a redução da participação da dívida junto ao Clube de Paris em 1,07 ponto percentual, devido à amortização desta dívida, e o aumento na participação dos Bônus de Captação de 1,05 ponto percentual, decorrente da reabertura do Global 2034 e 2015 (para maiores detalhes das emissões, vide boxe a seguir).

Composição



O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou pequeno decréscimo em relação a maio, passando de 5,74 anos para 5,66 anos, provocado pela aproximação das datas de vencimento dos títulos, que mais que compensou o impacto do prazo dos novos bônus emitidos.

Prazo e Custo Médios

O custo médio, em dólares, no mês de junho, permaneceu praticamente estável em relação a maio, ao passar de 9,23% a.a., para 9,21% a. a..

Em junho, o prazo e o custo médio da dívida pública mobiliária externa foram de 5,66 anos e 9,21% a.a., respectivamente.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005
	JUN	MAI	JUN
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,19	5,74	5,66
Bônus de Renegociação	5,62	5,55	5,46
Bônus de Captação	6,39	5,79	5,72
Globais	7,43	6,72	6,60
Euros	3,11	2,93	2,88
Demais	2,54	1,73	1,65
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,80	9,23	9,21
Bônus de Renegociação	4,95	6,06	6,06
Bônus de Captação	10,21	10,11	10,07
Globais	10,51	10,45	10,38
Euros	10,28	9,76	9,76
Demais	6,05	6,05	6,05

* Custo Médio em dólares.

Boxe 5 – Brasil Finaliza as Captações Externas Previstas para 2005

No dia 25 de maio, o Brasil promoveu a reabertura do Global 2034, cujo montante ofertado foi de USD 500 milhões (para maiores informações vide Resultado do Tesouro Nacional – maio/2005 – Vol. 11, nº 5).

A República promoveu mais uma emissão no mercado externo, no dia 20 de junho, captando o volume total de USD 600 milhões, com a reabertura do Global 2015, que havia sido lançado inicialmente em fevereiro deste ano.

O Global 2015, que pagará cupom de juros de 7,875% a.a., foi emitido ao preço de 100,95% do seu valor de face, resultando, assim, em rentabilidade ao investidor de 7,73% a.a.. O spread foi de 363 pontos-base acima do *Treasury* (título do Tesouro americano) com 10 anos de prazo.

Esta emissão foi a última operação do programa de financiamento externo de 2005, que teve início antecipado em outubro de 2004. Com isso, o Tesouro Nacional completou, com um semestre de antecedência, os USD 6,0 bilhões previstos neste programa, indicando a boa aceitação dos títulos brasileiros no mercado externo.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. RECEITA TOTAL	33.621,4	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.420,7	35.265,7	38.315,8	42.802,8	36.974,3	40.400,4
I.1. Receitas do Tesouro	25.622,7	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.308,5	27.740,3	29.912,8	34.094,1	28.676,6	31.651,2
I.1.1 Receita Bruta	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.672,5	28.177,4	30.643,5	34.618,1	29.407,4	33.378,4
- Impostos	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8
- Contribuições	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.118,5	14.979,9	14.066,5	14.831,6
- Demais	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.110,1	3.552,4	3.396,3	4.995,1	3.162,7	2.569,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1
I.3. Receitas do Banco Central	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4
II.3. Transferências da Cide	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0
II.4. Demais	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.410,5	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.024,6	28.566,7	32.106,1	36.245,4	28.977,6	33.752,4
IV. DESPESA TOTAL	23.750,3	26.179,3	24.318,6	25.038,2	25.835,3	26.098,6	44.573,8	25.760,5	26.143,0	25.161,1	23.233,8	25.848,9	27.861,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8	7.220,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.940,1	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9
IV.3. Custeio e Capital	6.744,7	8.186,6	7.419,7	7.702,2	8.205,6	7.632,7	13.298,1	7.002,2	7.378,5	7.850,6	6.199,1	8.706,7	8.734,3
IV.3.1. Despesa do FAT	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	-13,6	333,6	479,0	292,1	282,4	417,0	2.028,1	169,2	1.358,6	870,8	11,7	412,1	555,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.457,3	5.999,4	5.265,6	5.679,4	6.263,8	5.920,6	9.509,9	5.600,3	4.827,0	5.418,9	4.812,1	6.720,3	6.498,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3
IV.5. Despesas do Banco Central	125,7	111,8	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.660,3	3.634,5	3.460,1	4.705,7	4.741,9	1.757,1	-2.762,2	8.264,1	2.423,7	6.945,0	13.011,6	3.128,7	5.890,7
V.1. Tesouro Nacional	7.727,4	6.063,5	6.060,3	7.353,8	7.317,3	4.244,0	3.980,6	10.732,0	6.183,2	9.303,9	15.030,4	5.488,7	8.998,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8
V.3. Banco Central (5)	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-613,5	47,2	78,0	-888,0	773,2	719,8	-347,3	114,3	-463,8	59,9	1.132,0	-1.256,7	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	nd
IX. JUROS NOMINAIS (7)	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.353,5	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.525,0	41.811,0
I.1 - Recolhimento Bruto	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.879,1	30.878,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3
I.5 - Receita do Salário Educação	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6	204,9	198,8	176,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0	9.281,4	8.727,8	9.007,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8
II. DESPESAS	29.854,3	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.898,3	38.737,7	33.177,7	36.665,1	39.405,3	39.833,0
II.1 - Liberações Vinculadas	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4
II.1.4 - Outras Vinculações	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1
II.2 - Liberações Ordinárias	24.375,7	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.000,7	30.066,5	26.047,0	28.532,3	29.853,9	31.646,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.538,3	7.214,5	6.293,8	6.457,5	7.019,2	8.663,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,8
i) Dívida Contratual Interna	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,8
ii) Dívida Contratual Externa	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.490,8
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.706,1	6.253,3	5.241,4	6.212,5	6.320,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	3.694,9	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.544,9	-517,1	7.064,9	2.143,8	2.119,6	1.977,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	23.879,6	30.089,1	19.323,5	23.331,1	38.778,5	33.080,7	33.862,7	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8	28.540,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.076,0	28.505,3	18.180,5	22.562,6	37.856,4	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7
IV.2 - Outras Operações de Crédito	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5
V. DESPESAS	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2
V.1.2 - Dívida Contratual	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	6.534,9	1.378,7	262,3	9.277,1	5.877,9	6.148,3	12.332,2	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	13.808,0	-1.480,7	2.201,7	8.334,7	962,7	-2.583,6	23.539,6	-2.311,8	7.890,7	28.260,1	-1.172,0	14.110,6	6.760,3

(*) Critério Liberação. Dados revisitos, sujeitos a alteração.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9
I.1. Emissão de Títulos	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0
II.1. Resgate de Títulos	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0
III. RESULTADO (I - II)	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1
IV. PRONAF	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	52,8	48,7	18,2	5,2	36,5	10,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	46,0	10,3	-0,4	2,2	1,7	-6,6
V. PROEX	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3
V.2. Concessão de Financiamento (1)	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-35,3	-45,3	-39,4	-35,2	-42,4	-35,8	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3
XII. TOTAL	39,8	258,1	365,6	185,9	235,4	290,8	1.836,2	6,7	666,0	174,3	-66,8	351,6	420,1

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui Reordenamento de Passivos

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui despesas decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. DÍVIDA INTERNA	165.570,1	160.469,2	164.827,5	171.908,0	174.548,7	182.633,9	210.390,1	213.147,6	233.441,4	256.957,4	251.162,0	268.663,4	291.942,5
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3
Dívida Bancária	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3
INSS	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1
Lei 7.976/89	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3
Bônus Renegociação	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0
Lei 8.727/93	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9
Lei 9.496/97	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2
Recebíveis das Estatais	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9
Outros	-44.680,4	-44.988,4	-44.847,4	-44.352,9	-44.420,8	-44.577,9	-45.375,8	-45.503,6	-45.093,0	-45.235,8	-45.454,1	-44.908,8	-44.616,2
Fat	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4
Demais Entidades	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-49.683,8	-43.816,2
Créditos das Operações Oficiais	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0
Arrecadação a Recolher	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-7.889,2
II. DÍVIDA EXTERNA	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6
Dívida Mobiliária	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0
Títulos Depositados em Garantias	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4
Dívida Contratual	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5
Disponibilidades	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	392.658,1	382.227,8	380.094,8	383.718,1	387.380,0	388.059,3	410.282,4	408.276,2	431.742,7	462.100,4	443.344,1	450.406,9	469.908,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,9%	23,0%	22,5%	22,5%	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,2%	24,4%	25,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2
Brazil Investment Bond (BIB)	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7
Par Bond (PB)	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8
Discount Bond (DB)	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8
Debt Conversion Bond (DCB)	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6
New Money Bond (NMB)	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6
Eligible Interest (EI)	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7
Euro 2005	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2
Euro 2006	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0
Euro 2007	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4
Euro 2009	1.897,6	1.820,0	1.778,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9
Euro 2010	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4
Euro 2011	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9
Euro 2012	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9
Euro libra 2007	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2
Euro libra 2017	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3
Global 2005	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4
Global 2006	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6
Global 2007	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0
Global 2008	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0
Global 2009	8.545,6	8.323,7	8.068,0	7.861,2	7.855,4	7.299,6	7.509,4	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6
Global 2010	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0
Global 2011	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0
Global 2012	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0
Global 2013	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0
Global 2014	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0
Global 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.760,6
Global 2019	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	3.525,6
Global 2020	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4
Global 2024	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0
Global 2027	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.290,4	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4
Global 2030	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6
Global 2034	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	4.700,8
Global 2040	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7
Marco Alemão 2007	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2	1.668,4	1.514,5	1.455,1
Marco Alemão 2008	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3
Samurai 2006	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.596,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5
Samurai 2007	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5
V. TOTAL (I+II+III+IV)	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,4%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,8%	9,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5
I. Dívida em Mercado	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3
Dívida Securitizada	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0
TDA	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0
LTN	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7
LFT	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9
LFT-A	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9
LFT-B	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0
NTN-A	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8
NTN-B	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1
NTN-C	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1
NTN-D	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0
NTN-F	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8
NTN-I	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8
NTN-P	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4
CFT-A	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6
CFT-D	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0
Demais	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2
II. Dívida com BACEN	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1
LTN	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9
LFT	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7
NTN-D	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1
Demais	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4
Dívida em Mercado/PIB	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,5%	47,6%	47,2%	47,5%	48,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2004	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2005
I. INTERNA	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-159.662,8	-153.999,6
Dívida contratual	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9
FAT	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4
Aplicações financeiras	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8
Fundos Regionais	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-32.012,5	-26.134,5
Demais	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9
II. EXTERNA	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5
Disponibilidades	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-159.981,5	-154.329,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	593.050,7	527.536,0	356.108,0	147.487,8	144.671,8	31.187,9	1.045.375,4	696.330,0	302.993,0	174.537,5	158.940,5	32.355,7
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	1.450,4	848,8	845,5	1,0	2.300,0	2.300,0	1.635,8	734,9	730,5	14,4
Advocacia-Geral da União	94.166,8	66.232,0	52.667,1	24.373,1	24.304,7	3.658,9	89.808,2	69.300,0	59.129,6	27.221,2	26.815,3	4.949,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	624.668,7	613.531,0	394.683,3	222.656,7	198.370,2	56.073,2	811.858,7	615.909,0	394.203,7	227.576,6	209.478,0	70.443,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.885.557,9	1.878.889,0	890.906,2	560.979,5	484.685,8	239.957,1	2.537.108,5	2.586.385,0	1.389.856,2	627.824,6	513.559,5	246.433,0
Ministério da Fazenda	1.488.234,8	1.558.286,0	1.054.972,4	512.352,3	464.823,8	34.381,5	1.877.271,6	1.436.708,0	1.234.781,6	711.551,1	641.914,7	50.574,9
Ministério da Educação	5.929.222,2	5.781.128,0	3.568.165,5	1.636.427,1	1.592.224,3	741.687,4	6.965.241,6	6.461.212,0	3.764.976,8	1.920.559,8	1.699.578,2	786.066,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	426.061,6	403.294,0	243.804,6	104.634,1	104.066,0	9.473,4	486.622,7	396.627,0	252.209,8	150.557,3	146.616,7	11.851,2
Ministério da Justiça	771.125,4	742.152,0	338.033,8	192.587,9	187.755,6	109.251,0	1.049.006,1	807.737,0	404.683,2	266.089,3	250.283,6	92.274,8
Ministério de Minas e Energia	462.501,1	340.175,0	216.015,2	92.459,2	90.921,5	37.232,1	665.753,5	352.930,0	171.645,2	87.642,3	85.114,7	15.807,3
Ministério da Previdência Social	1.342.328,0	1.216.594,0	699.155,7	409.669,6	390.701,4	136.956,0	1.335.373,9	967.995,0	695.847,9	454.134,6	358.871,8	189.257,7
Ministério das Relações Exteriores	789.613,2	897.492,0	550.914,4	306.279,7	306.252,3	26.588,0	874.162,5	711.098,0	388.839,5	273.443,5	272.927,8	82.068,3
Ministério da Saúde	27.236.168,2	27.218.569,0	18.954.375,1	12.197.467,7	12.117.046,6	1.306.613,9	30.146.783,3	30.145.000,0	21.579.182,9	14.396.123,9	13.463.311,5	1.245.098,0
Ministério do Trabalho e Emprego	791.564,1	590.688,0	383.424,1	170.057,5	168.562,4	8.768,7	776.368,6	525.037,0	382.188,0	186.063,2	178.689,7	30.691,8
Ministério dos Transportes	541.672,3	530.012,0	305.369,7	137.764,9	133.090,2	121.899,8	779.501,5	636.046,0	395.384,4	165.307,3	159.041,6	65.055,3
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	208.081,0	93.547,7	92.766,7	29.301,7	702.868,9	278.255,0	163.023,6	112.580,7	90.565,9	41.520,8
Ministério da Cultura	265.017,3	212.871,0	85.185,8	39.912,7	38.999,6	29.617,0	365.025,1	206.479,0	180.299,8	85.451,6	82.434,7	38.509,0
Ministério do Meio Ambiente	384.721,4	361.408,0	206.994,4	103.277,1	99.377,8	42.195,2	494.536,4	361.550,0	224.115,8	116.162,6	115.103,8	43.575,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	825.795,3	323.413,0	208.543,0	104.473,5	101.852,4	26.739,1	453.927,9	330.182,0	202.852,0	107.513,3	98.253,7	33.932,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	396.569,7	445.966,0	186.237,9	69.409,8	68.842,6	45.038,5	699.655,3	510.500,0	252.538,3	110.616,7	107.254,0	79.232,2
Ministério do Esporte	99.648,7	80.952,0	50.796,6	22.275,3	22.272,4	30.119,2	143.804,9	80.400,0	47.139,7	24.043,5	23.811,5	12.194,3
Ministério da Defesa	3.184.138,2	3.524.894,0	1.698.969,5	916.066,5	815.533,6	356.685,6	4.087.673,2	3.758.153,0	1.945.442,2	1.147.635,1	1.009.799,0	470.092,2
Ministério da Integração Nacional	293.091,5	228.041,0	94.861,7	41.280,1	37.425,3	82.144,6	251.936,7	172.734,0	94.847,4	44.503,9	41.743,3	28.629,7
Ministério do Turismo	199.366,8	183.837,0	75.049,8	35.105,1	35.070,3	8.889,8	355.662,2	218.879,0	124.871,8	57.962,8	57.001,1	41.119,3
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.525.698,8	5.654.398,0	2.893.681,8	2.583.830,8	2.575.933,8	192.129,3	7.231.510,9	6.019.740,0	3.623.411,8	3.205.879,7	3.193.485,1	170.642,3
Ministério das Cidades	268.731,8	264.916,0	181.309,8	87.022,1	82.555,6	34.709,4	405.896,1	390.400,0	237.709,8	97.308,6	92.830,8	22.460,9
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	119.602,5	11.824,8	11.824,8	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	133.442,1	21.300,7	21.300,7	-	1.048.740,6	146.400,0	43.699,4	30.298,9	30.298,9	18.366,2
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	9,9	9,9	9,9	-	123.443,6	123.400,0	98.160,9	10.308,4	10.308,4	-
Reserva	-	-	-	-	-	-	-	364.903,0	-	-	-	-
TOTAL	55.095.001,3	54.179.380,0	34.033.209,0	20.833.556,9	20.400.262,7	3.741.299,2	65.969.775,5	59.535.189,0	38.775.272,5	24.831.457,8	23.130.589,0	3.923.216,8

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	137.337,4	95.831,0	18.955,0	2.396,3	2.232,5	7.662,5	109.045,6	59.270,0	7.572,6	3.081,0	3.036,1	28.959,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	102,8	90,8	88,7	-	200,0	200,0	1,7	1,7	1,7	-
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	482,7	66,8	66,8	4.096,6	8.221,1	4.200,0	1.222,0	149,2	121,9	5.483,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	187.146,7	122.013,0	55.824,2	7.399,6	3.946,6	28.552,7	355.204,6	60.591,0	6.937,5	4.489,9	3.948,0	36.152,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	206.638,7	254.661,0	62.742,4	27.590,1	22.376,3	41.183,2	654.615,4	655.115,0	68.873,6	41.303,3	27.066,2	39.324,3
Ministério da Fazenda	297.372,9	247.506,0	148.220,5	27.212,9	5.843,9	8.292,8	526.783,3	527.267,0	34.495,4	12.997,3	12.607,7	9.897,8
Ministério da Educação	683.665,3	478.292,0	103.511,0	22.191,3	20.858,3	146.646,4	945.600,7	749.588,0	84.825,4	50.229,0	24.693,2	131.349,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.847,1	137.099,0	5.156,3	2.187,3	2.124,9	1.525,6	103.658,1	22.373,0	4.072,4	2.486,0	2.485,7	32.249,2
Ministério da Justiça	555.561,9	503.539,0	153.636,9	22.486,0	21.611,4	211.001,0	679.361,4	421.203,0	113.127,5	23.479,3	21.630,5	122.928,0
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	2.994,4	608,9	575,1	3.130,3	39.743,5	23.404,0	2.649,0	745,1	704,4	6.331,3
Ministério da Previdência Social	46.750,7	34.739,0	2.194,2	1.692,2	19,1	16.590,8	151.575,6	136.405,0	4.980,1	510,9	42,9	15.233,9
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	6.166,8	5.196,5	5.196,5	799,5	69.601,8	65.102,0	8.282,6	5.938,2	5.938,2	1.028,7
Ministério da Saúde	2.615.481,7	1.921.386,0	891.053,6	175.800,5	133.467,3	542.216,2	2.615.420,6	2.627.600,0	216.031,7	46.470,1	41.934,9	434.751,7
Ministério do Trabalho e Emprego	33.567,9	25.134,0	5.857,7	2.043,0	1.994,3	2.986,1	29.548,6	22.163,0	13.400,5	4.258,0	3.973,4	5.000,5
Ministério dos Transportes	2.464.181,6	2.168.488,0	1.310.424,8	55.401,7	20.059,6	577.444,6	6.362.362,9	3.603.654,0	2.141.972,6	218.908,6	132.307,1	535.071,0
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	7.460,0	2.262,5	1.943,1	8.623,8	151.300,8	45.245,0	22.081,0	3.306,5	3.306,5	12.287,8
Ministério da Cultura	103.560,1	45.885,0	14.457,4	1.170,5	1.163,6	10.206,8	137.988,4	40.641,0	32.534,4	4.928,3	3.599,2	13.080,0
Ministério do Meio Ambiente	88.208,5	40.478,0	6.394,2	2.493,8	2.363,0	13.977,7	115.529,5	40.117,0	6.306,5	783,2	783,2	9.447,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.505,6	25.758,0	589,5	247,0	242,9	1.126,6	18.768,4	18.768,0	1.280,1	925,9	925,3	6.824,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	673.663,4	1.086.318,0	216.913,5	112.010,1	111.927,1	78.660,4	1.234.679,9	1.038.400,0	629.094,2	564.380,3	564.100,3	87.230,8
Ministério do Esporte	249.520,3	156.492,0	70.051,7	543,4	543,4	62.262,6	478.064,7	14.000,0	19.390,6	2.384,6	2.384,6	16.976,3
Ministério da Defesa	1.083.801,4	1.422.400,0	611.259,2	127.009,7	122.744,5	166.372,5	1.422.197,0	968.126,0	380.673,4	131.154,1	122.250,5	292.531,5
Ministério da Integração Nacional	1.109.790,6	682.726,0	354.438,3	45.175,8	32.136,9	171.805,3	2.323.481,1	956.366,0	310.639,8	20.797,7	18.336,7	129.844,8
Ministério do Turismo	262.345,2	176.458,0	87.781,0	1.406,8	1.406,8	27.744,9	658.657,8	19.121,0	26.599,9	335,7	335,7	20.031,5
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	283.521,2	150.680,0	61.268,5	14.996,4	14.985,6	14.759,5	171.360,0	181.260,0	24.455,2	23.067,8	23.067,8	15.140,2
Ministério das Cidades	1.098.883,7	968.736,0	490.134,0	81.605,3	80.119,1	140.880,8	2.341.810,8	341.200,0	295.871,1	49.582,0	44.111,6	250.590,5
TOTAL	12.407.333,6	10.874.492,0	4.688.070,5	741.284,9	610.037,3	2.288.549,1	21.704.781,5	12.641.379,0	4.457.370,6	1.216.693,7	1.063.693,2	2.257.745,4

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

COMENTÁRIOS

No mês de junho de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -3,1% (três virgula um) quando comparados aos repasses efetuados em maio de 2005.

Em junho de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.642,6 milhões, contra R\$ 4.791,9 milhões no mês de maio de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61) 3412-3116/3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (61) 3481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2005, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2004, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/05 MAI/05	JUN/05 JUN/04	JAN A JUN/05 JAN A JUN/04
2004	1.614,3	2.486,8	12.763,1	-	-	-
2005	2.791,1	2.880,9	15.826,6	-3,1%	+72,9 %	+24,0 %

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/05 MAI/05	JUN/05 JUN/04	JAN A JUN/05 JAN A JUN/04
2004	1.542,5	2.376,2	12.195,9	-	-	-
2005	2.667,1	2.752,8	15.123,2	-3,1%	+72,9%	+24,0 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

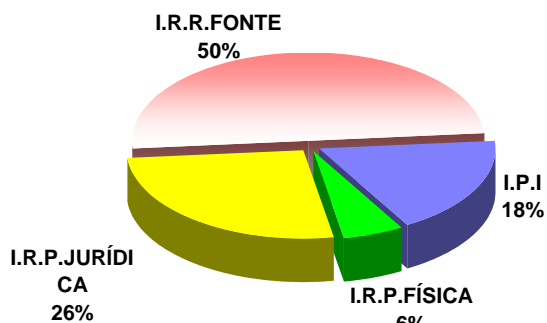
De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **junho** foram efetuados nas seguintes datas: **10/06, 20/06 e 30/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	-4,0%	-3,1%	-4,0%	-3,1%	-9,0%	-16,9%

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **junho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

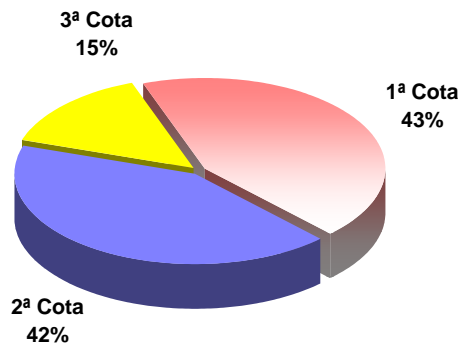
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



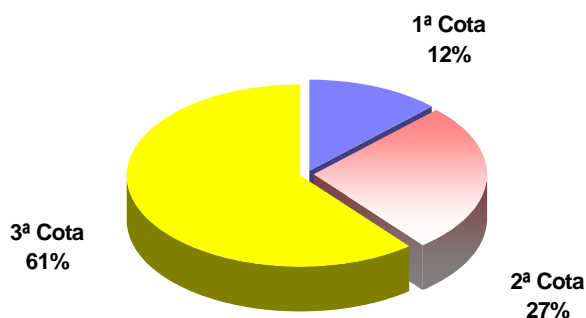
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



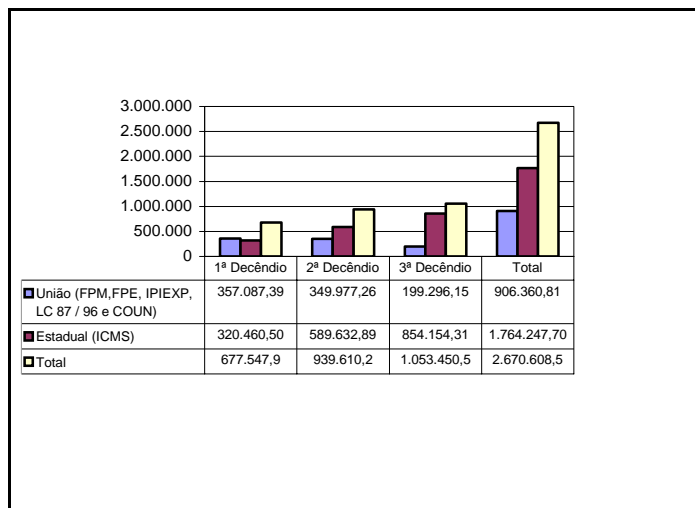
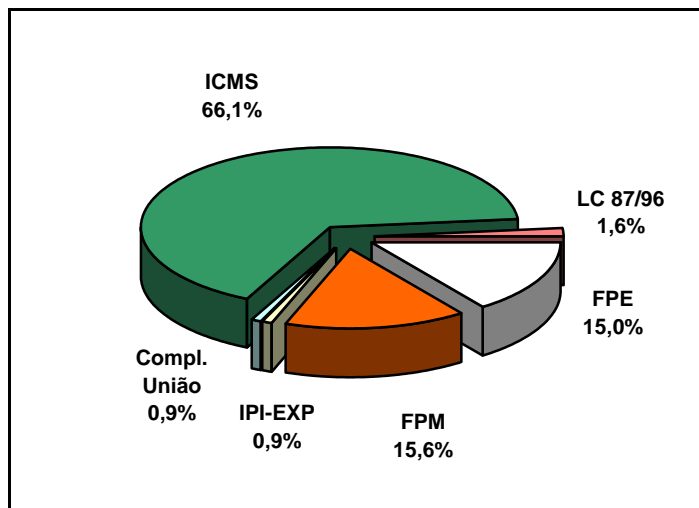
IPI-EXP



FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JUNHO/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	13.686	2.341	3	0	39	3.208	19.276	133,9	789,7
AL	686.155	16.643	9.970	62	610	357	13.365	41.007	59,8	345,5
AM	737.073	13.650	1.472	1	0	428	34.537	52.557	71,3	422,3
AP	124.616	11.163	5.755	673	0	173	2.839	18.134	145,5	829,2
BA	2.886.955	37.591	37.405	1.517	0	1.580	105.203	183.295	63,5	326,7
CE	1.585.399	29.352	21.910	330	0	692	47.857	100.143	63,2	322,3
DF(2)	294.440	2.761	929	7	0	344	0	4.041	13,7	78,2
ES	501.939	6.001	7.478	1.120	0	1.812	47.405	63.815	127,1	773,9
GO	915.092	11.374	15.214	252	0	567	53.657	81.065	88,6	490,8
MA	1.475.516	28.877	17.026	238	13.917	713	16.181	76.954	52,2	308,5
MG	3.257.717	9.233	7.922	239	0	5.484	194.627	275.856	84,7	482,2
MS	404.776	5.329	6.227	161	0	525	29.865	42.106	104,0	602,9
MT	575.990	17.821	55.070	2.854	0	825	39.159	57.379	99,6	575,5
PA	1.554.289	11.535	28.272	2.800	7.523	1.855	37.272	87.286	56,2	316,8
PB	773.710	19.159	13.536	99	0	122	19.498	52.413	67,7	370,7
PE	1.429.101	24.452	15.241	943	0	574	42.581	89.444	62,6	375,6
PI	663.490	27.605	18.544	140	1.201	128	11.336	40.391	60,9	345,9
PR	1.558.298	17.288	10.424	14	0	4.285	101.080	147.972	95,0	583,2
RJ	2.002.925	16.714	10.401	170	0	2.493	146.144	169.710	84,7	559,2
RN	543.826	9.421	28.206	3.612	0	154	19.203	46.642	85,8	497,0
RO	300.173	6.112	12.367	2.594	0	106	16.718	31.936	106,4	578,5
RR	75.189	11.264	3.812	36	0	16	2.708	14.695	195,4	1.088,8
RS	1.541.054	9.924	2.045	2	0	4.268	139.796	185.303	120,2	675,2
SC	878.422	5.120	16.279	2.210	0	1.526	72.116	97.252	110,7	671,9
SE	378.202	16.624	6.094	17	0	106	12.228	35.070	92,7	527,9
SP	5.091.365	4.001	55.172	5.024	0	13.183	547.492	624.871	122,7	814,1
TO	263.208	17.363	6.423	3	0	33	8.172	31.994	121,6	677,2
Total	30.642.932	400.065	415.536	25.119	23.251	42.390	1.764.248	2.670.609	87,2	520,0

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 7/3/2005. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em junho de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.670,6 milhões, contra R\$ 2.884,3 milhões em maio de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 7,4% em valores nominais.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decedenciais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	maio	Partc.	junho	Partc.	JUN/MAI
FPM	428.900,4	14,9%	415.536,0	15,6%	-3,1%
FPE	412.931,7	14,3%	400.065,0	15,0%	-3,1%
IPI-EXP	30.243,3	1,0%	25.118,7	0,9%	-16,9%
LC 87/96	42.390,3	1,5%	42.390,3	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	23.250,9	0,8%	23.250,9	0,9%	0,0%
ICMS	1.946.648,5	67,5%	1.764.247,7	66,1%	-9,4%
Total	2.884.365,1	100%	2.670.608,5	100%	-7,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800616161;
- por meio dos telefones (61) 2104.8648/9270/9295;
- por meio do Fax (61) 2104.9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5º andar, sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 3412.3116/3023 Fax: (61) 3412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2005 - PORTARIA Nº 041, DE 29 DE MARÇO DE 2005

Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicado no D.O.U. em 31/03/05, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

MÊS	ALAGOAS	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MARÇO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
ABRIL	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
MAIO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JUNHO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JULHO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
AGOSTO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
SETEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
OUTUBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
NOVEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
DEZEMBRO	2.440.840	55.668.660	30.091.260	4.802.780	93.003.540
TOTAL	10.373.570	236.591.805	127.887.855	20.411.815	395.265.045

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/MAI	209,0	5.174,6	5.383,5						
JUN/2005	1.736,9	11.341,4	13.078,2	JUN/2005	12.405,1	2.267,0	2.372,5	142,3	843,9
1ºDEC/JUN	445,0	4.776,6	5.221,6	3º Dec/MAI	5.383,5	983,8	1.029,6	17,8	358,4
2ºDEC/JUN	1.020,6	779,4	1.800,0	1º Dec/JUN	5.221,6	954,2	998,6	37,8	351,3
3ºDEC/JUN	271,3	5.785,4	6.056,6	2º Dec/JUN	1.800,0	329,0	344,3	86,8	134,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	13.265,24	77.555,26	14,87	16.068,46
AL	56.494,68	94.310,91	352,82	27.642,31
AM	32.611,16	63.259,34	3.814,90	18.019,89
AP	8.342,76	77.351,23	3,00	15.295,75
BA	211.960,54	213.015,12	8.593,97	78.091,85
CE	124.159,14	166.330,07	1.871,21	52.285,25
DF	5.263,82	15.647,07	39,89	4.041,34
ES	42.374,04	34.005,52	6.344,50	16.410,27
GO	86.214,48	64.454,06	1.426,89	27.407,61
MA	96.481,72	163.639,10	1.348,15	60.772,23
MG	312.061,74	100.985,06	16.174,59	81.229,18
MS	35.287,35	30.196,90	910,25	12.241,40
MT	44.893,67	52.320,89	1.354,59	18.219,42
PA	86.367,30	138.561,16	5.342,00	50.013,35
PB	76.702,96	108.566,03	558,40	32.915,25
PE	120.142,39	156.429,93	795,24	46.863,70
PI	59.069,22	97.967,64	77,40	29.054,93
PR	160.210,44	65.363,15	15.869,15	46.892,61
RJ	70.082,28	34.633,49	14.700,04	23.566,01
RN	58.940,77	94.714,44	962,14	27.439,31
RO	21.599,23	63.830,63	203,14	15.217,69
RR	11.587,16	56.238,33	9,26	11.987,09
RS	160.057,09	53.384,13	20.465,97	45.506,43
SC	92.247,74	29.013,51	12.525,27	25.135,68
SE	34.534,36	94.202,09	95,97	22.841,59
SP	318.265,34	22.670,35	28.467,82	77.379,60
TO	36.398,20	98.389,31	17,66	23.822,60
Total	2.375.614,82	2.267.034,74	142.339,09	906.360,81

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jul/Jun	Ago/Jul	Set/Ago
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	-20,0 %	+7,0 %	-18,0 %
IPI-EXP	+10,0 %	+24,0 %	+1,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/2004	20/10/04	Jan/2005	16/02/05
Out/2004	26/11/04	Fev/2005	17/03/05
Nov/2004	21/12/04	Mar/2005	19/04/05
Dez/2004	09/02/05	Abr/2005	02/06/05
Jan a Dez/04	10/02/05	Mai/2005	24/06/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 3412.3116/3023 Fax: (61) 3412.1580

E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br